

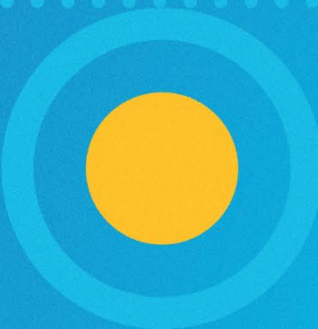
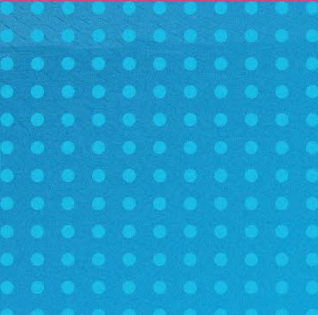
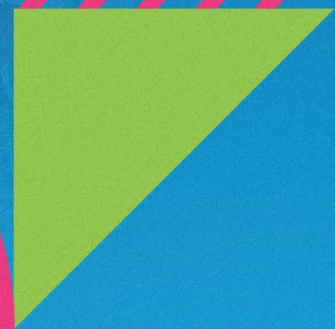
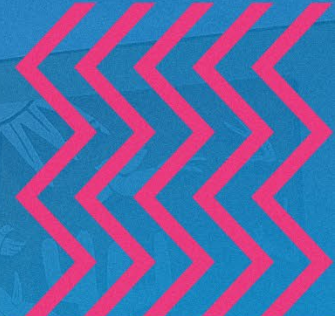
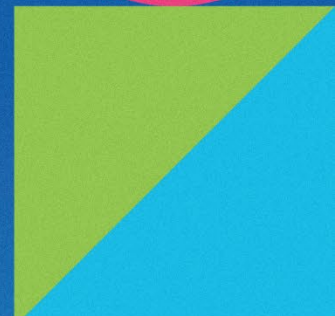
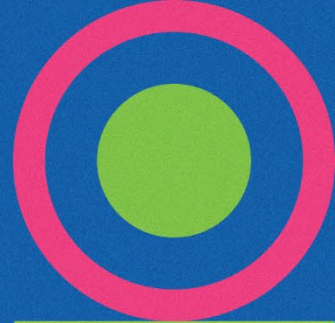
AeC Centro de Contatos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13
Balanço patrimonial	16
Demonstração de resultados	17
Demonstração de resultados abrangentes	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	20
Demonstração do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

Relatório da Administração AeC 2025



aec

Princípios Inegociáveis

1. ESTAMOS AQUI PARA FAZER MELHOR QUE TODOS.
2. FOCAMOS A **INOVAÇÃO** CONSTANTEMENTE.
3. SÓ ACREDITAMOS NO **SIMPLES**.
4. SOMENTE ENTRAMOS NO MERCADO EM QUE PODEMOS FAZER UMA **CONTRIBUIÇÃO SIGNIFICATIVA**.
5. TEMOS FOCO.
6. ACREDITAMOS NA **COLABORAÇÃO MÚTUA** DOS NOSSOS GRUPOS.
7. NÃO ACEITAMOS NADA QUE ESTEJA ABAIXO DO NÍVEL DE **EXCELÊNCIA**.
8. SOMOS **HUMILDES E HONESTOS** PARA ADMITIR NOSSOS ERROS.
9. SOMOS CORAJOSOS O SUFICIENTE PARA **MUDARMOS QUANDO NECESSÁRIO**.
10. SOMOS FELIZES COM O QUE FAZEMOS.



aec

1. SOBRE A AeC

Com **34 anos de história**, seguimos consolidando nossa posição como uma das melhores empresas de serviços do Brasil. Nosso compromisso é conectar marcas e consumidores com eficiência, segurança e proximidade, atuando nos mais diversos setores: **nativas digitais, fintechs, telecomunicações, bancos, varejo, seguros, saúde, energia, aviação** e muitos outros.

Crescemos de forma sustentável e, **hoje, contamos com mais de 55 mil colaboradores**, distribuídos em **24 unidades, 07 estados e 16 cidades do Brasil**.

Seguimos comprometidos em entregar soluções que unem tecnologia e calor humano. Por isso, melhoramos a experiência do cliente e impulsionamos os resultados dos negócios.

NOSSO POSICIONAMENTO





2. IMPACTOS DA AeC E SUAS PERSPECTIVAS

A AeC é uma empresa de relacionamento e tecnologia que se baseia em análise de dados e vivências reais e humanas. Por isso, desenvolve soluções para otimizar processos, levando sempre em consideração os desafios que fazem parte da rotina das empresas, propondo melhorias que atingem o público interno e os clientes finais, proporcionando uma experiência única e eficiente.

2.1 Jornada de Experiência AeC

A experiência sempre foi o coração da AeC. Nossa missão é conectar marcas e consumidores, **antecipando necessidades, personalizando jornadas e tornando cada interação mais eficiente e humana.**

Nosso diferencial está nos três pilares que estruturam essa jornada

- **Employee Experience** – Investimos em tecnologia para aprimorar a experiência dos **nossos colaboradores**, pois sabemos que um time motivado e bem apoiado entrega resultados superiores. Em 2025, **promovemos mais de 5,5 mil pessoas** e mantivemos um ritmo médio de **15 promoções por dia nos últimos quatro anos**. Além disso, ferramentas como a **Robbyson** e o **Vision 360°** auxiliam no engajamento e na gestão da equipe, trazendo mais eficiência para nossos colaboradores.
- **Customer Experience** – Aplicamos **inteligência de dados e machine learning** para entender cada cliente, prever comportamentos e oferecer interações personalizadas.

- **Transformação Digital e IA: TelA AeC de Inovação** – Para manter sua liderança no mercado brasileiro, a AeC segue focada em uma estratégia de alta performance, baseada em resultados consistentes, qualidade diferenciada e experiências superiores. Essa visão se concretizou em 2024 na TelA AeC de Inovação, nossa plataforma inteligente que une IA Generativa (GenAI), automação e análise de dados avançada, conectando tecnologia e pessoas para transformar a jornada do cliente. A TelA AeC opera em seis frentes estratégicas – **Experiência, Eficiência, Negócios, Talentos, Segurança e Multicanalidade** – endereçando desafios prioritários dos nossos clientes e criando oportunidades para agregar valor. Com uma abordagem personalizada, garantimos soluções adaptadas às necessidades específicas de cada setor, promovendo ganhos operacionais, segurança, integração omnichannel e excelência no atendimento.

Nosso compromisso vai além da tecnologia. Investimos continuamente na capacitação de nossos colaboradores, pois acreditamos que a **combinação entre inovação, pessoas e excelência operacional** é o que nos permite não apenas acompanhar as transformações do mercado, mas **liderá-las**. Dessa forma, fortalecemos parcerias de longo prazo e nos consolidamos como um **aliado estratégico para os negócios de nossos clientes** em um ambiente cada vez mais competitivo.

2.2 Cuidar de pessoas é um compromisso nosso

Encerramos **2025** com mais de **55 mil colaboradores**, consolidando a AeC como uma das maiores empregadoras do Brasil. Fomos certificados, pelo **sexto ano consecutivo, como um dos melhores lugares para se trabalhar** pelo **Great Place to Work (GPTW)**, um reconhecimento que reflete nosso compromisso genuíno com o bem-estar e o desenvolvimento das nossas pessoas.

Além disso, conquistamos a **recertificação ISO 30415**, que valida nossas práticas em **Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I)**. O reconhecimento reforça que não apenas falamos sobre inclusão — **colocamos em prática iniciativas concretas para promover um ambiente de trabalho mais justo, representativo e acolhedor**.

Nosso impacto vai muito além da geração de empregos. **Somos um motor de transformação social**, injetando milhões de reais na economia das regiões onde estamos presentes e proporcionando oportunidades reais de crescimento. Internamente, nossos programas voltados para qualidade de vida, saúde e desenvolvimento profissional seguem evoluindo.

Cuidar de pessoas está no nosso DNA. Somos uma empresa de tecnologia e serviços, mas acima de tudo, formada por gente. Tecnologia nos capacita, mas o que nos move são as pessoas.

2.3 Compromisso com Segurança e Conformidade

A AeC consolidou-se como um dos principais benchmarks de segurança no mercado brasileiro ao apresentar desempenho excepcional tanto em Cibersegurança quanto em Segurança da Informação. As avaliações independentes reforçam essa posição: na Security Scorecard, atingimos pontuação máxima (100), nos destacando como a única da amostra analisada a alcançar esse desempenho superior em áreas como segurança de rede, aplicação, endpoint, DNS, IP reputation e engenharia social. Soma-se a isso o resultado robusto na BitSight, onde a AeC figura na classificação Avançado, muito acima da média do setor, com risco reduzido de ransomware e incidentes de segurança. Esses indicadores combinados demonstram uma maturidade diferenciada, sustentada por controles consistentes, políticas rigorosas e um ecossistema de proteção alinhado às melhores práticas globais.



Nosso desempenho técnico de excelência se reflete também no reconhecimento institucional e nas certificações internacionais que a empresa mantém. A AeC foi destacada no Global Checkpoint Event com o prêmio de Projeto Inovador do Ano, tornando-se a primeira organização brasileira a receber essa honraria — um marco que evidencia sua capacidade de inovação em proteção digital. Além disso, certificações como ISO 27001 (Gestão da Segurança da Informação – SGSI), ISO 27701 (Gestão de Privacidade – PIMS) e PCI DSS reforçam a conformidade da empresa com padrões globais de segurança da informação, privacidade e governança de dados. A combinação desses resultados evidencia uma estratégia sólida e consistente, posicionando a AeC como referência incontestável em segurança no mercado brasileiro.

2.4 Reconhecimentos

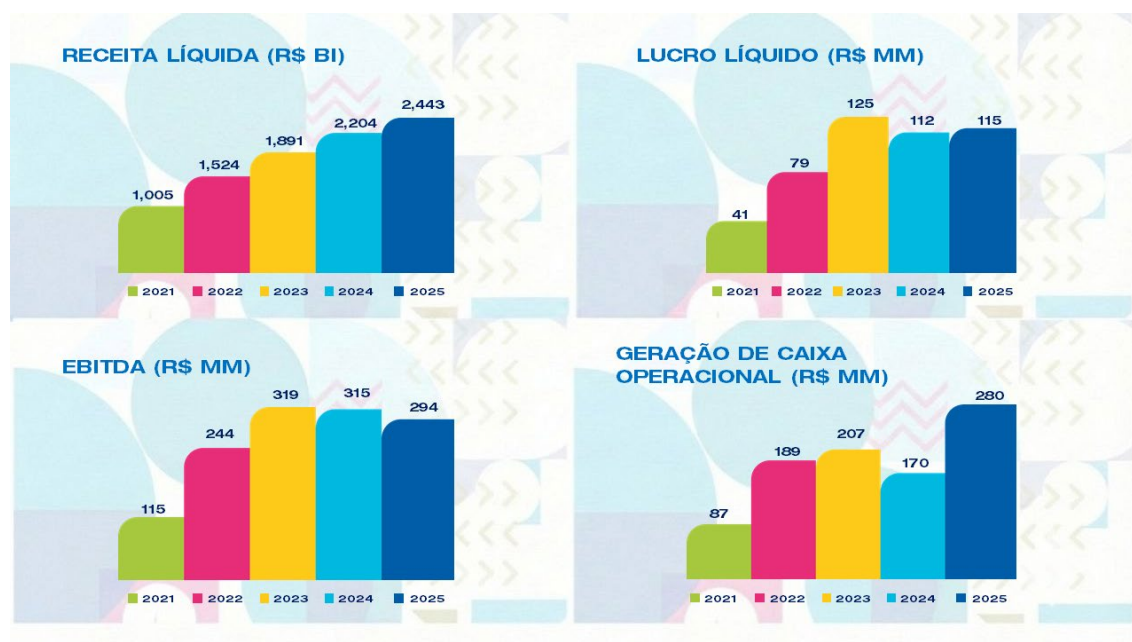
A combinação entre **tecnologia e calor humano** segue impulsionando nosso crescimento e consolidando nossa posição de liderança no mercado. **2025 foi um ano de conquistas expressivas**, refletidas nos **mais de 30 prêmios e reconhecimentos** que celebram a excelência do nosso trabalho e nosso compromisso com inovação, sustentabilidade e experiência do cliente.

- **Pelo décimo ano consecutivo, fomos eleitos a Melhor Empresa de Serviços do Brasil** pelo anuário **Época Negócios 360°**, um dos rankings mais respeitados do país. Nesta edição, conquistamos também, pelo segundo ano consecutivo, o Top 3 na pontuação geral entre os 25 setores avaliados.

- **Empresa do Ano no Brasil pela Frost & Sullivan**, pelo quarto ano consecutivo. O reconhecimento consolida a AeC como referência no mercado de Customer Experience no país e valoriza nossa forma de fazer: com foco, inovação e o nosso jeito único de unir tecnologia e calor humano.
- **Destaque no ISG Provider Lens™ – Customer Experience Services 2025**, pela quarta vez consecutiva como fornecedora líder nos três quadrantes: **Digital Operations, Intelligent Agent Experience, Intelligent CX (AI & Analytics)**.
- Reconhecimento do **Programa de ESG e Compliance pelo Prêmio Empresas Mais, do Estadão**, o maior e mais completo ranking empresarial do Brasil. O reconhecimento reforça nosso compromisso com **ética, cidadania e responsabilidade social**.
- **Prêmio de Inclusão Socioeconômico 2025**, A AeC conquistou o 3º lugar no Prêmio de Inclusão Socioeconômica, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) na categoria Inserção no Mercado de Trabalho.
- **AeC Tricampeã no Meli Awards 2025** - A AeC conquistou pelo terceiro ano consecutivo o Meli Awards na categoria **Call Center** como **"Fornecedor Vencedor do Ano"** premiação do Mercado Livre e Mercado Pago que reconhece os melhores fornecedores da América Latina.
- A AeC foi reconhecida como **BPO do Ano no Prêmio CONAREC 2025**. Além do título principal, a empresa venceu em quatro categorias de gestão e serviço: **Atendimento Digital, Experiência do Cliente, Gestão de Inovação e Gestão de Pessoas**.
- Eleita em 2025 como a **BPO do Ano no Prêmio Consumidor Moderno** na categoria **de Grandes Operações Multicanal**. A premiação avalia a estratégia, o atendimento multicanal e a inovação tecnológica no relacionamento com o consumidor.
- **Mais de 250 premiações acumuladas nos últimos dez anos**, incluindo ainda, prêmios renomados como o **Prêmio Ouvidoria do Brasil, conquistado pela décima vez**, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente – ABRAREC.

Essas conquistas refletem **nosso compromisso com a excelência e a inovação**, reafirmando que a AeC só entra no mercado onde pode fazer **uma contribuição significativa**. **Seguimos crescendo, inovando e elevando o padrão do nosso setor.**

A AeC EM DESEMPENHO



A AeC é uma empresa **100% brasileira**, estruturada como **sociedade anônima de capital fechado** e referência no mercado de relacionamento com clientes. Há **18 anos**, nossas **Demonstrações Financeiras são auditadas por uma “Big Four”**, sempre com **pareceres sem ressalvas**, reforçando a transparência e solidez da nossa governança.

Nos últimos anos, **mantivemos um crescimento robusto e sustentável**, com **diversificação saudável da carteira de clientes**, solidez financeira e um histórico consistente de **premiações e certificações que atestam nossa liderança**.

No ano de 2024 **fizemos nossa primeira emissão de debêntures**, R\$ 100 milhões, tendo o Itaú BBA como Coordenador Líder da operação, com o Bradesco BBI. Isto foi uma **forte demonstração da confiança do mercado financeiro com a AeC**.

Em **2025**, superamos nossas próprias marcas, com resultados expressivos:

- **Receita Bruta: R\$ 2,67 bilhões** – crescimento sólido e consistente.
- **EBITDA: R\$ 294 milhões** – reforçando nossa eficiência operacional.
- **Lucro Líquido: R\$ 115 milhões**, refletindo nossa estratégia de crescimento sustentável.
- **Geração de Caixa Operacional: R\$ 280 milhões**, reforçando nosso foco na solidez e saúde financeira.

Importante destacar que em 2025 mantivemos nosso foco na solidez financeira, que resultou na entrega de nossa maior geração operacional de caixa. Isso permitiu uma redução, ainda maior, em nossa alavancagem financeira que já é historicamente muito saudável.

Este importante resultado operacional e financeiro permitirá continuarmos nossa estratégia de crescimento com solidez.

Além da performance financeira, seguimos **focados na otimização de processos e na eficiência operacional**. Nossa estratégia está baseada em **crescimento sustentável, inovação e diversificação**, garantindo que a AeC continue sendo **referência em Compliance, Governança e Saúde Financeira no Setor**.

Investimentos para o Futuro

Para sustentar esse crescimento, a AeC segue investindo em **tecnologia, inovação e expansão**. Nosso plano estratégico inclui:

- **Automação e inteligência artificial**, impulsionadas pela **TeIA**, nosso ecossistema de IA.
- **Expansão da nossa capacidade operacional**, aumentando nossa estrutura para atender **mais clientes e novas operações**, acompanhando a crescente demanda do mercado.
- **Capacitação contínua dos colaboradores**, garantindo excelência na entrega dos nossos serviços.

Esses resultados demonstram a força da AeC, que segue crescendo com solidez, margens saudáveis e um dos menores níveis de endividamento do setor. Nossa visão de futuro é clara: continuar inovando, expandindo e entregando excelência para clientes, colaboradores e parceiros.

3. Somos felizes com o que fazemos

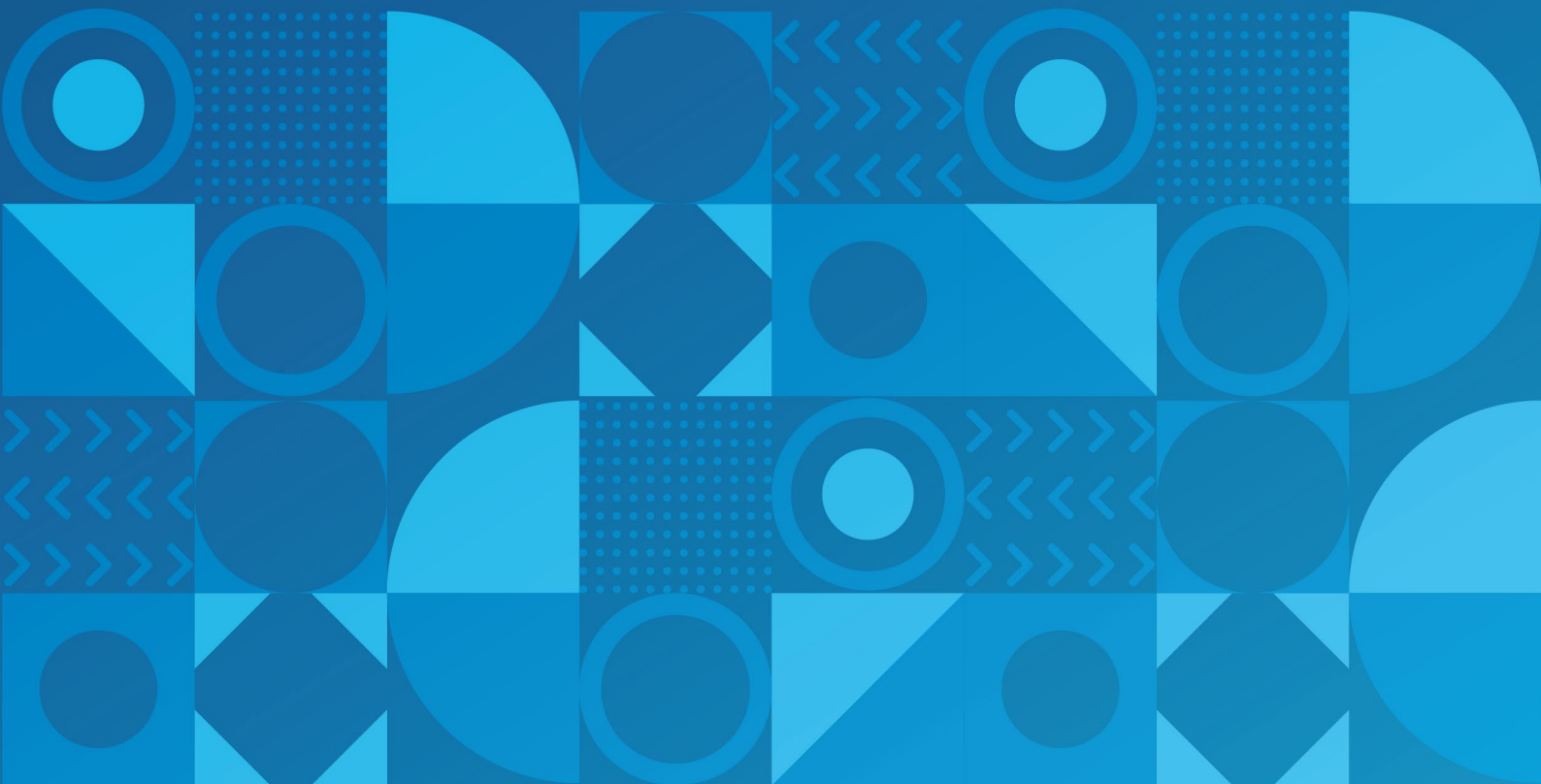
Nossas conquistas e marcos não são fruto do acaso. **São resultado de um time talentoso, dedicado e movido pela inovação**, que transforma tecnologia em soluções reais e entrega excelência para nossos clientes e milhões de pessoas. E isso só acontece porque **somos apaixonados pelo que fazemos**.

Acreditamos que **ética, transparência e responsabilidade social** são pilares fundamentais para nossa evolução e crescimento sustentável. Afinal, **somos uma empresa feita por pessoas e para pessoas**. Nosso maior propósito vai além da tecnologia: queremos **gerar impacto positivo**, seja através do **desenvolvimento profissional**, da criação de oportunidades ou da entrega de serviços que fazem a diferença.

Nosso sucesso só é possível graças à **confiança e parceria de nossos acionistas, clientes, fornecedores e stakeholders** – e, acima de tudo, pelo comprometimento dos mais de **55 mil colaboradores** que fazem da AeC a empresa referência que somos hoje.

É essa energia que nos impulsiona a inovar, crescer e continuar construindo um futuro ainda mais promissor.

aec





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da AeC Centro de Contatos S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AeC Centro de Contatos S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AeC Centro de Contatos S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de

nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

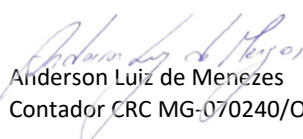
é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

AeC Centro de Contatos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	242.187	180.667	Contas a pagar aos fornecedores		44.112	55.512
Contas a receber de clientes	5	489.881	492.422	Empréstimos e financiamentos	11.1	151.570	170.132
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	-	22.335	Instrumentos financeiros derivativos	11.2	4.754	486
Tributos a recuperar	6	27.552	19.189	Imposto de renda e contribuição social a pagar	26.2	8.749	125
Depósitos judiciais	15	-	10	Tributos a recolher	12	28.554	26.068
Despesas antecipadas	7	15.570	14.645	Obrigações trabalhistas	13	292.368	261.886
Demais ativos	8	12.309	10.948	Dividendos a pagar	21	57.916	26.481
Total do ativo circulante		<u>787.499</u>	<u>740.216</u>	Passivo de arrendamento	18	26.773	25.785
				Impostos diferidos	17	4.897	4.639
				Demais contas a pagar	14	10.811	6.443
				Total do passivo circulante		<u>630.504</u>	<u>577.557</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras		6.258	-	Contas a pagar aos fornecedores		6.730	11.794
Contas a receber de clientes	5	4.647	6.611	Empréstimos e financiamentos	11.1	208.903	244.488
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	-	4.359	Instrumentos financeiros derivativos	11.2	314	582
Depósitos judiciais	15	8.387	10.482	Tributos a recolher	12	59	-
Despesas antecipadas	7	2.096	1.660	Passivo de arrendamento	18	63.335	55.338
Demais ativos	8	138	137	Impostos diferidos	17	14.863	13.332
Total do realizável a longo prazo		<u>21.526</u>	<u>23.249</u>	Dividendos a pagar	21	59.988	132.723
				Provisões	15	6.042	6.524
				Demais contas a pagar	14	423	740
Imobilizado	9	439.551	431.563	Total do passivo não circulante		<u>360.657</u>	<u>465.521</u>
Intangível	10	74.154	78.347	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Ativo de direito de uso	18	79.512	71.738	Capital social		218.829	165.301
Total do ativo não circulante		<u>614.743</u>	<u>604.897</u>	Reservas de lucros		173.425	136.734
				Ajuste a valor presente – Dividendos		18.827	-
				Total do patrimônio líquido		<u>411.081</u>	<u>302.035</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.402.242</u>	<u>1.345.113</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.402.242</u>	<u>1.345.113</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	2.443.171	2.204.228
Custo dos serviços prestados	24	<u>(2.133.763)</u>	<u>(1.865.509)</u>
LUCRO BRUTO		<u>309.408</u>	<u>338.719</u>
Despesas gerais e administrativas	24	(160.785)	(150.772)
Despesas comerciais	24.1	(3.141)	(8.318)
Outras receitas	24.2	8.618	13.849
Outras despesas	24.2	<u>(1.333)</u>	<u>(1.353)</u>
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS		<u>152.767</u>	<u>192.125</u>
Receitas financeiras	25	106.798	97.018
Despesas financeiras	25	<u>(137.143)</u>	<u>(119.097)</u>
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		<u>(30.345)</u>	<u>(22.079)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>122.422</u>	<u>170.046</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	26.1	(5.069)	(48.437)
Diferido	26.1	<u>(2.327)</u>	<u>(9.598)</u>
		<u>(7.396)</u>	<u>(58.035)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>115.026</u>	<u>112.011</u>
Lucro líquido por ação (básico e diluído) - em R\$	20	0,68	0,97

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	115.026	112.011
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>115.026</u>	<u>112.011</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucro							Lucros acumulados	Total
		Capital social	Transações com acionistas	Reserva de subvenção para investimento	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros		
EM 1º DE JANEIRO DE 2024		<u>115.301</u>	<u>-</u>	<u>972</u>	<u>10.391</u>	<u>1.097</u>	<u>-</u>	<u>88.744</u>	<u>-</u>	<u>216.505</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	112.011	112.011
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:										
Constituição da reserva de lucros retidos	19.3	-	-	-	-	88.744	-	(88.744)	-	-
Aumento de capital	19.1	50.000	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	19.2	-	-	-	5.601	-	-	-	(5.601)	-
Constituição de reserva de subvenção para investimento	19.2	-	-	486	-	-	-	-	(486)	-
Dividendos	21	-	-	-	-	-	-	-	(26.481)	(26.481)
Constituição de reserva de lucros	19.3	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>79.443</u>	<u>(79.443)</u>	<u>-</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>165.301</u>	<u>-</u>	<u>1.458</u>	<u>15.992</u>	<u>39.841</u>	<u>-</u>	<u>79.443</u>	<u>-</u>	<u>302.035</u>
Lucro líquido do exercício									115.026	115.026
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:										
Aumento de capital	19.1	53.528	-	-	-	-	-	(50.000)	-	3.528
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	19.2	-	-	-	5.016	-	-	-	(5.016)	-
Constituição de reserva de subvenção para investimento	19.2	-	-	486	-	-	-	-	(486)	-
Constituição das reservas de incentivo fiscal	19.2	-	-	-	-	-	36.391	(21.692)	(14.699)	-
Dividendos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	-	(4.629)	(23.706)	(28.335)
Constituição de reserva de lucros	19.3	-	-	-	-	-	-	71.119	(71.119)	-
Dividendos propostos:										
Ajuste a valor presente - Dividendos	21	-	18.827	-	-	-	-	-	-	18.827
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>218.829</u>	<u>18.827</u>	<u>1.944</u>	<u>21.008</u>	<u>39.841</u>	<u>36.391</u>	<u>74.241</u>	<u>-</u>	<u>411.081</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		115.026	112.011
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	24	140.375	122.085
Baixa de valor residual de imobilizado	9, 10 e 22	2.159	152
Imposto de renda e contribuição social correntes	26.1	5.069	48.437
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.1	2.327	9.598
Juros sobre empréstimos, líquidos da variação do valor justo dos instrumentos derivativos	11.1 e 11.2	56.279	28.296
Juros sobre arrendamentos	18	8.969	6.599
Perda Estimada para Crédito com Liquidação Duvidosa	5	(4.265)	1.214
Provisões natureza trabalhistas/cível		(482)	1.649
Outras provisões		1.946	2.178
(Aumento) Redução nos ativos:			
Aplicações financeiras		(6.258)	-
Contas a receber de clientes		10.361	(88.586)
Tributos a recuperar		(8.111)	(16.064)
Depósitos judiciais		2.105	3.079
Demais ativos e despesas antecipadas		(2.541)	5.452
Aumento (redução) nos passivos:			
Contas a pagar aos fornecedores		(16.464)	(191)
Obrigações trabalhistas		30.482	32.653
Tributos a recolher		21.597	2.135
Demais contas a pagar		532	458
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		<u>359.106</u>	<u>271.155</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	26.2	(15.620)	(65.506)
Pagamento de juros sobre empréstimos	11.1	(54.486)	(28.951)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	18	(8.969)	(6.599)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>280.031</u>	<u>170.099</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	(82.455)	(155.262)
Aquisição de intangível	10	(26.369)	(44.507)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(108.824)</u>	<u>(199.769)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Contratação de empréstimos e financiamentos	11.1	119.524	336.368
Amortização de financiamentos e empréstimos	11.1	(148.340)	(145.299)
Pagamento de arrendamentos	18	(29.871)	(30.169)
Dividendos pagos	21	(51.000)	(45.000)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(109.687)</u>	<u>115.900</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>61.520</u>	<u>86.230</u>
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do período	4	180.667	94.437
No fim do período	4	<u>242.187</u>	<u>180.667</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>61.520</u>	<u>86.230</u>

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS			
Prestação de serviços	23	2.670.224	2.427.111
Receitas relativas à construção de ativos próprios e benfeitorias em imóveis de terceiros		55.391	71.573
(-) PECLD	5	4.265	(1.214)
Outas receitas	24.2	8.618	13.849
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos dos serviços prestados		(237.734)	(258.082)
Materiais, serviços de terceiros e outros		<u>(53.614)</u>	<u>(70.057)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>2.447.150</u>	<u>2.183.180</u>
Depreciação e amortização	24	<u>(140.375)</u>	<u>(122.085)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>2.306.775</u>	<u>2.061.095</u>
Valor adicionado recebido em transferência:			
Receitas financeiras	25	<u>106.798</u>	<u>97.018</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL		<u>2.413.573</u>	<u>2.158.113</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração		1.434.307	1.273.726
Benefícios		181.020	175.950
Honorários da diretoria		23.168	22.189
FGTS		<u>102.409</u>	<u>93.070</u>
		<u>1.740.904</u>	<u>1.564.935</u>
Impostos, taxas e contribuições:			
Federal		381.620	293.453
Estadual		3.545	2.039
Municipal		70.703	65.632
Incentivos fiscais		<u>(36.876)</u>	<u>(486)</u>
		<u>418.992</u>	<u>360.638</u>
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros, variações monetárias e cambiais		134.425	114.695
Aluguéis		177	80
Outras		<u>4.049</u>	<u>5.754</u>
		<u>138.651</u>	<u>120.529</u>
Remuneração de capitais próprios:			
Dividendos		23.706	26.481
Constituição de reservas		<u>91.320</u>	<u>85.530</u>
		<u>115.026</u>	<u>112.011</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		<u>2.413.573</u>	<u>2.158.113</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A AeC Centro de Contatos S.A. (“Companhia”) foi constituída no ano de 1998, inicialmente na forma de sociedade limitada, alterando para sociedade anônima de capital fechado em 28 de agosto de 2006, e está sediada em Belo Horizonte - MG.

A Companhia, que possui filiais em várias regiões do Brasil, sendo em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Alagoas, atua no ramo de prestação de serviços de centro de contatos telefônicos (“contact center”), teleatendimento em geral, “telemarketing” e “help desk”; prestação dos serviços de consultoria em tecnologia das comunicações; prestação de serviços nas áreas de informática sem fornecimento de peças ou materiais, incluindo suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; desenvolvimento e/ou licenciamento de softwares sob encomenda ou softwares customizáveis ou não customizáveis; prestação dos serviços de locação de infraestrutura (espaço físico, equipamentos, instalações, sistemas, etc.); prestação dos serviços de representação comercial e agente do comércio de equipamentos de informática, de software customizável e de programas de informática não customizáveis; serviço de correspondente bancário, serviços de “back office” e apoio administrativo e atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral (exceto imobiliário); participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades; portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Consultoria em publicidade; e comercialização de energia.

Em 2025, a Companhia abriu novas filiais nas seguintes cidades: Bocaiúva (Minas Gerais); Patos e Campina Grande (Paraíba); Aracati (Ceará); e Arapiraca e Palmeiras dos Índios (Alagoas); (Em 2024 foi aberta filial em Venda Nova, no estado de Minas Gerais).

Desde a sua primeira operação, a Companhia atua em estreita parceria com seus clientes, permitindo a ela compreender a demanda de cada cliente para oferecer soluções sob medida, diferenciadas e flexíveis para os mais diversificados mercados e segmentos.

1.2 Eventos relevantes do período

a. Incorporação

Em 30 de abril de 2025, a AeC Centro de Contatos S/A incorporou a Robbyson Systems Desenvolvimento de Sistemas S/A, que era parte relacionada da Companhia.

A Incorporadora e a Incorporada pertencem ao mesmo grupo empresarial. A operação foi realizada com o objetivo de otimizar a estrutura de capital e de gestão, bem como de promover a redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira.

A Incorporadora assumiu todas as operações da Incorporada, incluindo, mas não se limitando, suas obrigações, direitos e bens, bem como as variações patrimoniais, tornando-se sucessora

universal das obrigações relacionadas ao patrimônio a ela vertido, sendo que a Incorporada foi extinta.

O critério de avaliação dos elementos patrimoniais incorporados pela Incorporadora foi o valor contábil, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de abril de 2025, em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e observados os critérios contidos nos artigos 183 e 184 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S/A”), coerentes com a continuidade das operações, e também em conformidade com o Laudos de Incorporação aprovado conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 30/04/2025.

O saldo dos ativos, passivos e PL da empresa incorporada, Robbyson Systems Desenvolvimento de Sistemas S/A, na data-base de 30/04/2025, cujos saldos foram integralmente absorvidos pela incorporadora, está demonstrado a seguir:

	(em milhares de reais)
Total do Ativo	10.464
Total do Passivo	6.936
Patrimônio Líquido	3.528

2 Políticas contábeis materiais

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa de que a Companhia possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas no contexto da continuidade operacional.

A Administração da Companhia aprovou as presentes demonstrações financeiras em 17 de março de 2026.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos seguintes dos itens divulgados ao longo da nota explicativa:

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

São mensurados ao valor justo.

2.4 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram utilizadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve mudança de política que possa impactar os exercícios apresentados nessa demonstração financeira de forma material.

a. *Transações em moeda estrangeira*

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo

financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- Pré-pagamento e prorrogação do prazo;
- Termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente, ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

Instrumentos financeiros e derivativos

Os empréstimos e financiamentos tomados representam principalmente captações para capital de giro e para a aquisição de ativo imobilizado. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam

em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa financeira no período em que são incorridos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação. Os ganhos ou perdas decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”. A Companhia não aplicou a contabilidade de “hedge” para seus contratos de “SWAP”. Dessa forma, as alterações no valor justo do instrumento financeiro derivativo mencionado foram reconhecidos no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação.

Em algumas situações, a Companhia questiona a legitimidade de ações judiciais e por estratégia da Administração ou por ordem judicial valores são depositados em juízo sem a caracterização de liquidação do passivo, proporcionando à Companhia o questionamento das ações.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

d. Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e estão compostos por terrenos, edifícios e construções, instalações, máquinas e equipamentos, veículos, aeronave, móveis e utensílios, ferramentas e aparelhos, computadores e periféricos, telefones e aparelhos, benfeitorias, ativo qualificável em construção e obras em andamento. São demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e eventuais perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável, e acrescido de juros capitalizados durante o período de construção para os casos de ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações.

A depreciação desses ativos inicia-se quando os ativos estão prontos para uso nas operações da Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil estimada dos bens é calculada considerando fatores específicos de cada grupo de ativo, sendo analisada individualmente por categoria, chegando assim na média geral ponderada, como segue:

	2025	2024
Edificações e construções	25	25
Instalações	10	10
Máquinas e equipamentos	13,4	13,4
Veículos	5	5
Móveis e utensílios	12,6	12,5
Ferramentas e aparelhos	10	10
Computadores e periféricos	5	4,8
Telefones e aparelhos	6,8	7,1
Aeronave	5	5

A vida útil das benfeitorias em imóveis de terceiros é estipulada por meio de tempo do contrato firmado entre a Companhia e os proprietários dos imóveis locados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e Outras despesas" na demonstração do resultado.

Os ativos adquiridos por meio de empréstimos e financiamentos são dados em garantia dos referidos contratos.

e. Intangíveis Software

Software

O direito de uso de software adquiridos de terceiros são reconhecidos como ativos intangíveis, e amortizados de acordo com a vida útil do contrato, cuja média em 2025 foi estimada em 5,7 anos (em 2024 - 5,7 anos), e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos pelo custo de produção, e são amortizados pelo período em que se espera obter os benefícios econômicos futuros. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f. *Benefícios a Empregados*

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício.

De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

g. *Provisões*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida quando há probabilidade provável de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações.

No que se refere às provisões relacionadas aos riscos tributários, cíveis e trabalhistas, a avaliação da probabilidade de desembolso de caixa inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, com base no valor histórico de perda dos processos e considerando a natureza de cada uma das verbas reclamadas. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, tendo sua preponderância referente a ações trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais, para os quais é provável uma saída de recursos e uma estimativa razoável possa ser feita.

h. *Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido*

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. *Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos

exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores financeiros de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Reconhecimento de receita

A receita é baseada na contraprestação específica do contrato com o cliente recebida ou a receber pela prestação de serviços pela Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando os serviços são prestados de acordo com os contratos firmados com sua contraparte. Para isto, são analisadas questões comerciais e contratuais de modo que o montante da receita possa ser mensurado de forma confiável pela prestação do serviço. Essas negociações são analisadas, levando em consideração o tipo de cliente, a operação e as especificidades de cada acordo. A Companhia reconhece os efeitos de um contrato com um cliente quando todos os critérios abaixo são atendidos:

- (i) as partes do contrato aprovam o contrato formalmente, e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) a Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos serviços objeto do contrato;
- (iii) a Companhia pode identificar os termos de pagamento para os serviços a serem transferidos;

- (iv) o contrato possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato);
- (v) for provável que a entidade receba a contraprestação a qual terá direito em troca dos serviços que são transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor de contraprestação é provável, a Companhia considera tanto a capacidade como a intenção do cliente de pagar esse valor durante o período projetado. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser fixo ou variável, e nesse caso a entidade poderá oferecer ao cliente uma redução de preço.

Assim, a receita é inicialmente registrada sob a categoria 'receita a realizar' em observância ao princípio da competência, de acordo com as medições contratuais. Esse registro trata-se de uma estimativa e permanece até a conclusão dos procedimentos de validação e emissão dos pedidos por parte do cliente, quando então, a receita é faturada com a emissão da nota fiscal.

A receita é mensurada pelo valor justo, com base na contraprestação e parâmetros devidamente pactuados nos contratos com cada cliente, na qual produz cálculos confiáveis de mensuração para determinação e reconhecimento da receita pelo regime de competência. Tais valores são apreciados e aferidos pelo cliente que, por meio de aceite eletrônico pactua o valor final a ser faturado pela Companhia. Eventuais variações podem acontecer entre a medição e o efetivo faturamento em período subsequente, mas essas variações são consideradas irrelevantes pela Companhia.

Adicionalmente à dinâmica principal de prestação de serviços, a Companhia atua com outras naturezas de receitas de caráter secundário, compreendendo a intermediação de negócios e o licenciamento de software. Na intermediação de negócios, a receita é reconhecida no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, pelo valor líquido da comissão ou taxa à qual a Companhia tem direito pela transação. No licenciamento de software, a receita é reconhecida no momento específico em que o cliente obtém o controle e o direito de utilizar a licença, ou ao longo do tempo. Sob a ótica de apresentação patrimonial, a rubrica de clientes engloba tanto os recebíveis, quanto os ativos de contrato. Nas situações em que o cliente efetua o pagamento de forma antecipada, antes da efetiva transferência do controle do serviço ou da licença, a Companhia reconhece um passivo contratual (apresentado como receita diferida ou adiantamento de clientes). Esse passivo contratual é subsequentemente baixado e apropriado como receita na demonstração do resultado apenas quando, ou à medida que, a Companhia efetivamente cumpre com as respectivas obrigações de desempenho contratuais.

1. Subvenção e assistências governamentais

Subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é apresentado como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é apresentado em conta redutora do ativo a que se refere e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor justo e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem.

A Companhia recebeu terrenos como subvenções fiscais e assistências governamentais, as quais tem como contrapartida a geração de empregos e a implantação de unidade de “Call Center” nos municípios em que esses terrenos foram doados. O mesmo está detalhado na nota explicativa nº 22.

A receita é reconhecida de acordo com o pronunciamento CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 20 BV2010), pelo regime de competência, onde a receita de subvenção governamental é reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes.

m. *Incentivo Fiscal – Lucro da Exploração*

A Companhia usufrui do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ, que consiste na redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), pelo prazo de 10 anos, para empresas que implantam, modernizam, ampliam ou diversificam empreendimentos na região da Sudene. Tal incentivo tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico regional e fortalecer a competitividade empresarial

n. *Lucro por ação*

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, caso aplicável. A Companhia não possui instrumentos que possam potencialmente diluir o lucro por ação.

o. *Arrendamentos*

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada;
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada);
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na, ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial.

A Companhia aplica o CPC 01 (R1) / Valor Recuperável de Ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A maior relevância dos arrendamentos registrados pela Companhia, são locações de imóveis e equipamentos eletrônicos.

Como expediente prático, a IFRS 16 (CPC 06 (R2) - Arrendamentos) permite que o arrendatário não separe componentes de não arrendamento e, em vez disso, contabilize qualquer arrendamento e correspondentes componentes de não arrendamento como um contrato único. A Companhia não usou esse expediente prático.

p. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da

Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A avaliação da Administração acerca do risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 27.1 b.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

q. *Demonstração do valor adicionado (“DVA”)*

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista pelas IFRSs nem obrigatória conforme as CPCs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

r. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

s. *Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza de técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Utiliza a técnica da abordagem da receita pelo método do fluxo de caixa descontado.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas: Notas explicativas 2.4 b e 27 - Instrumentos financeiros e

gestão de risco.

t. *Novas normas e interpretações ainda não efetivas*

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A nova norma IFRS 18 (CPC 51 - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis) se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Os requisitos principais da nova norma são:

- Introdução de três categorias definidas para receitas e despesas, sendo operacionais, de investimento e de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. Essa mudança visa aperfeiçoar a estrutura da demonstração de resultados;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Aprimoramento dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam às demonstrações financeiras primárias e às notas explicativas em geral.

A Companhia está avaliando o impacto do novo padrão e analisando seus possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas e premissas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Nota explicativa nº 2.3 k:** Reconhecimento da receita a realizar - mensuração da receita de acordo com os contratos estabelecidos com clientes;

- **Nota explicativa nº 9:** mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado - principais premissas na determinação da vida útil;
- **Nota explicativa nº 15:** reconhecimento e mensuração de provisões para contingências - principais premissas em relação a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 17:** Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro - avaliação da Companhia com relação às provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos;
- **Nota explicativa nº 18:** Prazo do arrendamento - se a Empresa tem razoavelmente certeza de manter o contrato pelo prazo estabelecido;
- **Nota explicativa nº 27.1 b:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber - principais premissas na determinação do *Rating AeC*, que representa a base de cálculo do risco de crédito.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa (a)	39	36
Bancos - conta corrente (b)	40	35.094
Bancos - aplicações financeiras (c)	242.108	145.537
	242.187	180.667

- (a) Os valores mantidos em caixa referem-se a dinheiro em espécie para pagamentos eventuais e de menor valor.
- (b) O saldo mantido em conta corrente é destinado a pagamentos de obrigações correntes da Companhia.
- (c) As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (“CDB”) e possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Administração da Companhia (sem ônus), com rendimento médio anual de 100% do CDI (102% em 2024) em aplicações em CDB e 92% em aplicações compromissadas (90,50% em 2024) e atende todos os requerimentos do CPC 03 para divulgação, pois tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Call Center	234.176	274.697
Intermediação	4.309	-
Licenciamento de Software (a)	747	-
Receita a Realizar	260.024	231.365
Caução	4.647	6.611
	503.903	512.673
(-) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação duvidosa PECLD	(9.375)	(13.640)
	(9.375)	(13.640)
Total	494.528	499.033
Circulante	489.881	492.422
Não circulante	4.647	6.611
Total	494.528	499.033

494.528	
---------	--

(a) Receita iniciou-se em 2025 após incorporação da Robbyson Systems Desenvolvimento de Sistemas S/A.

Os saldos a receber de clientes referem-se a créditos junto aos contratantes de serviços e estão compostos a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	471.357	485.125
Vencidos até 30 dias	12.983	15.289
Vencidos de 31 a 60 dias	4.068	3.579
Vencidos de 61 a 90 dias	1.816	73
Vencidos de 91 a 180 dias	2.429	23
Vencidos acima de 180 dias	11.250	8.584
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(9.375)	(13.640)
Total	494.528	499.033

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido se aproxima aos respectivos valores justos.

A metodologia adotada na política de PECLD prevê que os critérios de cálculo sejam avaliados periodicamente e ajustados, quando aplicável, conforme divulgado na nota explicativa 27.1 b.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 27.

6 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar referem-se a créditos das esferas federal, municipal e estadual conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3	5
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1	-
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.854	303
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.466	751
Programa de Integração Social – PIS	1	1
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.150	349
Imposto sobre operações financeiras - IOF	19	65
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (a)	20.620	17.279
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	438	436
	27.552	19.189
Circulante	27.552	19.189
	27.552	19.189

(a) No ano de 2024 e 2025, foram levantados créditos sobre salário maternidade, 1/3 de férias, aviso prévio indenizado e afastamento, relativos a períodos anteriores. Estes valores são decorrentes de levantamentos realizados para compensar encargos previdenciários incidentes sobre verbas trabalhistas.

7 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se à assistência médica, vale-transporte e outros custos e

despesas classificadas no ativo até que sejam apropriadas ao resultado no período correspondente.

	31/12/2025	31/12/2024
Assinaturas e Mensalidades	3.626	3.203
Vale-transporte	3.137	3.723
Garantia	2.317	2.057
Condomínios	-	159
Assistência médica	2.114	967
Tributos pagos antecipadamente	421	411
Vale refeição	3.575	3.874
Carta fiança	623	555
Seguros	1.257	489
Custo com Veículos	18	52
Outros custos e despesas pagos	578	815
	17.666	16.305
Circulante	15.570	14.645
Não circulante (a)	2.096	1.660
	17.666	16.305

- (a) O montante compreendido no não circulante corresponde, essencialmente, a assinaturas e mensalidades de software, seguros e garantias que são pagos integralmente e apropriados mensalmente de acordo com o período de vigência do contrato.

8 Demais ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Material para uso e consumo (a)	5.009	5.550
Adiantamento a fornecedores	3.061	2.704
Adiantamento de salários	-	3
Adiantamento de férias	4.084	2.596
Adiantamento de viagem	68	25
Valores a receber	225	207
	12.447	11.085
Circulante	12.309	10.948
Não circulante	138	137
	12.447	11.085

- (a) Compreendem os materiais estocados em almoxarifado para consumo próprio.

9 Imobilizado

31/12/2025

31/12/2024

AeC Centro de Contatos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Custo		
Terrenos	15.264	15.264
(-) Subvenção governamental (a)	(6.691)	(7.177)
Edifícios e construções	158.387	144.106
Instalações	13.866	13.867
Máquinas e equipamentos	101.175	95.459
Veículos	2.423	2.423
Aeronaves	5.321	5.321
Móveis e utensílios	74.001	68.696
Ferramentas e aparelhos	131	124
Computadores e periféricos	276.599	264.424
Telefones e aparelhos	21.184	21.040
Benfeitorias	174.687	131.239
Ativo Qualificável em construção (b)	4.666	723
Obras em andamento	8.360	16.148
Total do custo do ativo imobilizado	<u>849.373</u>	<u>771.657</u>
Depreciação acumulada		
Edifícios e construções	(31.543)	(25.396)
Instalações	(13.866)	(13.867)
Máquinas e equipamentos	(41.815)	(35.516)
Veículos	(1.721)	(1.318)
Aeronaves	(2.066)	(1.002)
Móveis e utensílios	(33.999)	(29.206)
Ferramentas e aparelhos	(78)	(70)
Computadores e periféricos	(183.205)	(145.423)
Telefones e aparelhos	(19.562)	(18.957)
Benfeitorias	<u>(81.967)</u>	<u>(69.339)</u>
Total da depreciação acumulada	<u>(409.822)</u>	<u>(340.094)</u>
	<u>439.551</u>	<u>431.563</u>

- (a) Referem-se a doações de terrenos pelas prefeituras dos Municípios de Montes Claros - MG, Governador Valadares - MG, Mossoró - RN, Juazeiro do Norte - CE e Arapiraca - AL que são amortizadas pelo prazo de vida útil das edificações. As amortizações são reconhecidas no resultado. Para maiores detalhes veja a nota nº 22.
- (b) Em 12/2024 e 04/2025 a Companhia contratou empréstimos cujos recursos serão integralmente alocados em obras da região do Nordeste. Todos os custos incorridos das captações estão contabilizados como ativo qualificável em construção. Maiores detalhes vide nota 11.1 (b).

A tabela a seguir demonstra a movimentação do ativo imobilizado da Companhia:

Custo	Terrenos	Edificações e construções	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Ferramentas e aparelhos	Computadores e periféricos	Telefones e aparelhos	Benfeitorias	Ativo Qualificável em construção	Obras em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	5.934	63.345	13.867	74.966	2.423	3.298	58.669	101	218.659	20.917	90.725	-	67.994	620.898
Adições	1.667	-	-	20.977	-	2.023	10.029	23	49.892	193	158	723	69.577	155.262
Baixas	-	(388)	-	(378)	-	-	(2)	-	(4.127)	(70)	-	-	(24)	(4.989)
Subvenções	486	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	486
Transferências internas	-	81.149	-	(106)	-	-	-	-	-	-	40.356	-	(121.399)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.087	144.106	13.867	95.459	2.423	5.321	68.696	124	264.424	21.040	131.239	723	16.148	771.657
Adições	-	244	-	5.890	-	-	5.001	7	16.849	184	-	8.325	45.955	82.455
Baixas	-	(288)	(1)	(449)	-	-	(39)	-	(4.970)	(40)	(410)	-	-	(6.197)
Subvenções	486	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	486
Transferências internas	-	14.325	-	-	-	-	-	-	-	-	43.800	(4.382)	(53.743)	-
Incorporação	-	-	-	275	-	-	343	-	296	-	58	-	-	972
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.573	158.387	13.866	101.175	2.423	5.321	74.001	131	276.599	21.184	174.687	4.666	8.360	849.373
Depreciação Acumulada	Terrenos	Edificações e construções	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Ferramentas e aparelhos	Computadores e periféricos	Telefones e aparelhos	Benfeitorias	Ativo Qualificável em andamento	Obras em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	(21.016)	(13.867)	(29.835)	(859)	(275)	(25.154)	(61)	(109.551)	(17.979)	(60.794)	-	-	(279.391)
Despesa do exercício	-	(4.768)	-	(5.806)	(459)	(727)	(4.053)	(9)	(39.647)	(1.040)	(8.545)	-	-	(65.054)
Baixa	-	388	-	125	-	-	1	-	3.775	62	-	-	-	4.351
Transferências internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(25.396)	(13.867)	(35.516)	(1.318)	(1.002)	(29.206)	(70)	(145.423)	(18.957)	(69.339)	-	-	(340.094)
Despesa do exercício	-	(6.155)	-	(6.615)	(403)	(1.064)	(4.824)	(8)	(42.447)	(642)	(12.984)	-	-	(75.142)
Baixa	-	8	1	316	-	-	31	-	4.665	37	356	-	-	5.414
Transferências internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(31.543)	(13.866)	(41.815)	(1.721)	(2.066)	(33.999)	(78)	(183.205)	(19.562)	(81.967)	-	-	(409.822)
Valor contábil líquido	Terrenos	Edificações e construções	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Ferramentas e aparelhos	Computadores e periféricos	Telefones e aparelhos	Benfeitorias	Ativo Qualificável em andamento	Obras em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	5.934	42.329	-	45.131	1.564	3.023	33.515	40	109.108	2.938	29.931	-	67.994	341.507
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.087	118.710	-	59.943	1.105	4.319	39.490	54	119.001	2.083	61.900	723	16.148	431.563
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.573	126.844	-	59.360	702	3.255	40.002	53	93.394	1.622	92.720	4.666	8.360	439.551

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada de acordo com a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

O montante de R\$ 75.142 (R\$ 65.054 em 31 de dezembro de 2024) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 8.360 (R\$ 16.871 em 2024), refere-se, principalmente, aos gastos incorridos na construção de novas unidades em Aracati (CE), Patos, João Pessoa e Campina Grande (PB).

10 Intangível

Custo	31/12/2025	31/12/2024
Marcas e patentes	144	74
Software	214.757	194.235
Custos de desenvolvimento (a)	9.115	-
	<u>224.016</u>	<u>194.309</u>
Amortização acumulada	<u>(149.862)</u>	<u>(115.962)</u>
	<u>74.154</u>	<u>78.347</u>

(a) Refere-se aos custos com pessoal e prestação de serviço na fase de desenvolvimento do ativo intangível gerado internamente. Esses ativos são oriundos de avaliações de viabilidade técnica e econômica, no qual pode-se concluir que a mensuração dos gastos atribuíveis foram reconhecidos de forma confiável. Esse projeto foi denominado como "Teia de Inovação", que é a rede de soluções da AeC, integradas e interconectadas com soluções avançadas de IA, capazes de impulsionar a experiência do cliente com o futuro, potencializando a tecnologia e otimizando os processos e resultados.

O ativo intangível está demonstrado na tabela a seguir:

Custo	Marcas e patentes	Software	Custo de desenvolvimento	Total
Em 1º de janeiro de 2024	69	149.732	-	149.801
Adições	<u>5</u>	<u>44.502</u>	<u>-</u>	<u>44.507</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>74</u>	<u>194.234</u>	<u>-</u>	<u>194.308</u>
Adições	39	16.323	10.007	26.369
Baixas	-	(1.239)	(892)	(2.131)
Transferências internas	-	632	(632)	-
Incorporação	<u>31</u>	<u>4.807</u>	<u>632</u>	<u>5.470</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>144</u>	<u>214.757</u>	<u>9.115</u>	<u>224.016</u>
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2024	-	(87.942)	-	(87.942)
Despesa do exercício	<u>-</u>	<u>(28.019)</u>	<u>-</u>	<u>(28.019)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>(115.961)</u>	<u>-</u>	<u>(115.961)</u>
Despesa do exercício	-	(34.170)	-	(34.170)

Baixas	-	269	-	269
Em 31 de dezembro de 2025	-	(149.862)	-	(149.862)
Valor contábil líquido				
Saldo em 1º de janeiro de 2024	69	61.790	-	61.859
Saldo em 31 de dezembro de 2024	74	78.273	-	78.347
Saldo em 31 de dezembro de 2025	144	64.895	9.115	74.154

Na data de 30/12/2025, a Companhia realizou o teste de impairment dos intangíveis e identificou um montante líquido de R\$ 1.862 de ajuste em função de inviabilidade técnica de softwares desenvolvidos internamente, que foram devidamente baixados.

11 Empréstimos e financiamentos

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa nº 27. A seguir demonstramos as composições dos empréstimos e financiamentos, na respectiva data base.

11.1 Composição, cronograma e movimentação dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda estrangeira (a)	135.684	184.796
Em moeda nacional:		
Financiamento	4.039	1.790
Arrendamentos financeiros	32.853	62.293
Empréstimos (b)	86.198	64.808
Debêntures (c)	101.699	100.933
	<u>360.473</u>	<u>414.620</u>
Circulante	151.570	170.132
Não circulante	208.903	244.488
	<u>360.473</u>	<u>414.620</u>

- (a) Refere-se a captação efetuada em moeda estrangeira: a Companhia capitalizou o montante de USD 24.235 mil nos últimos dois anos, e contratou instrumentos derivativos (“Swap”) por estratégia de proteção. O vencimento dessas operações se dará entre 03/2026 a 11/2028.
- (b) Em abril de 2025 a Companhia contratou empréstimos no valor de R\$ 20.282, com a finalidade de utilização nas obras da região do Nordeste. Os custos de empréstimos que são diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção do ativo são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, e estão contabilizados no grupo de imobilizado como Ativo Qualificável em Construção, conforme determina o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.
- (c) Maiores detalhes da emissão das debêntures estão descritos na nota 11.4.

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos com as seguintes taxas médias para o ano de 2025:

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

TIPO	GARANTIA	MOEDA	Taxa Pré (a.a.) Média	ANO DE VENCIMENTO	Saldo Devedor
Título de dívida - Debêntures	-	R\$	1,85%	2026 a 2029	101.699
Empréstimo Bancário com garantia	Carta Fiança + Aplicação Financeira	R\$	7,07%	2027 a 2031	86.198
Empréstimo Bancário com garantia - em moeda estrangeira	Aval de acionista	USD	1,85%	2028	13.384
Empréstimo Bancário com garantia - em moeda estrangeira	Aval de acionista	USD	2,00%	2027	29.139
Empréstimo Bancário com garantia - em moeda estrangeira	Aval de acionista	USD	1,85%	2028	28.227
Empréstimo Bancário sem garantia - em moeda estrangeira	-	USD	2,15%	2026	44.070
Empréstimo Bancário sem garantia - em moeda estrangeira	-	USD	2,32%	2026	20.864
Empréstimo Bancário com garantia - financiamento/arrendamentos financeiros	Bens Financiados	R\$	3,36%	Até 2028	25.818
Empréstimo Bancário com garantia - financiamento/arrendamentos financeiros	Bens Financiados	R\$	3,37%	Até 2029	8.092
Empréstimo Bancário com garantia - financiamento/arrendamentos financeiros	Bens Financiados	R\$	3,39%	Até 2027	2.982
Total de passivos sujeitos a juros					<u>360.473</u>

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	Novos financiamentos	Atualizações / juros incurridos e variação cambial	Amortização principal	Amortização juros	31/12/2025
Moeda estrangeira	184.796	90.533	(7.946)	(109.418)	(22.281)	135.684
Arrendamentos	80.156	6.316	-	(34.301)	(8.098)	44.073
(-) Encargos de arrendamentos	(17.863)	(1.401)	8.044	-	-	(11.220)
	<u>62.293</u>	<u>4.915</u>	<u>8.044</u>	<u>(34.301)</u>	<u>(8.098)</u>	<u>32.853</u>
CDC – Banco de Lage Laden	-	5.093	-	(833)	(583)	3.677
CDC – Daycoval	2.380	-	-	(732)	(218)	1.430
(-) Encargos de financiamentos	(590)	(1.299)	821	-	-	(1.068)
	<u>1.790</u>	<u>3.794</u>	<u>821</u>	<u>(1.565)</u>	<u>(801)</u>	<u>4.039</u>
Empréstimos	64.808	20.282	8.638	-	(7.530)	86.198
	<u>64.808</u>	<u>20.282</u>	<u>8.638</u>	<u>-</u>	<u>(7.530)</u>	<u>86.198</u>
Mútuo (a)	-	3.570	538	(3.056)	(1.052)	-
	<u>-</u>	<u>3.570</u>	<u>538</u>	<u>(3.056)</u>	<u>(1.052)</u>	<u>-</u>
Debêntures	100.933	-	15.490	-	(14.724)	101.699
	<u>100.933</u>	<u>-</u>	<u>15.490</u>	<u>-</u>	<u>(14.724)</u>	<u>101.699</u>
	<u>414.620</u>	<u>123.094</u>	<u>25.585</u>	<u>(148.340)</u>	<u>(54.486)</u>	<u>360.473</u>

	31/12/2023	Novos financiamentos	Atualizações / juros incorridos e variação cambial	Amortização principal	Amortização juros	31/12/2024
Moeda estrangeira	122.238	126.282	55.792	(97.135)	(22.381)	184.796
Arrendamentos	79.667	50.163	-	(43.456)	(6.218)	80.156
(-) Encargos de arrendamentos	(13.327)	(10.749)	6.213	-	-	(17.863)
	66.340	39.414	6.213	(43.456)	(6.218)	62.293
CDC - Aymoré	449	-	-	(438)	(11)	-
Financiamentos						
CDC – Banco de Lage Laden	(1)	3.934	-	(3.708)	(225)	-
CDC – Daycoval	-	2.958	-	(462)	(116)	2.380
(-) Encargos de financiamentos	(8)	(937)	355	-	-	(590)
	440	5.955	355	(4.608)	(352)	1.790
Empréstimos	100	64.717	91	(100)	-	64.808
	100	64.717	91	(100)	-	64.808
Debêntures	-	100.000	933	-	-	100.933
	-	100.000	933	-	-	100.933
	189.118	336.368	63.384	(145.299)	(28.951)	414.620

- (a) Em decorrência da incorporação da Robbyson Systems Desenvolvimento de Sistemas S/A, a Companhia reconheceu em seu passivo mútuo a pagar no montante de R\$ 3.570, originalmente contratado pela incorporada. Referida transação não impactou a Demonstração dos Fluxos de Caixa no período pois não envolveu desembolso de caixa ou equivalentes de caixa na data da incorporação. Informações adicionais acerca da operação de incorporação estão apresentadas na Nota 1.2.

11.2 Instrumentos financeiros derivativos

Em 2025 e 2024, a Companhia contratou instrumentos derivativos (“Swap”) para operações de empréstimos (4131) por estratégia de proteção de risco cambial, sendo o valor protegido e o vencimento das operações descrito na nota explicativa nº 11.1.

A composição do saldo de instrumentos financeiros derivativos é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante	-	22.335
Instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante	-	4.359
Instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante	(4.754)	(486)
Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante	(314)	(582)
Moeda estrangeira	(5.068)	25.626

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

	Ativo	Passivo	Total líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.694	1.068	25.626
Atualizações / Juros incorridos	(22.809)	7.885	(30.694)
Transferências	(3.885)	(3.885)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	5.068	(5.068)

11.3 Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos de equipamentos de informática destinados à manutenção de suas atividades, que em sua essência, representam compra financiada dos referidos equipamentos, onde no final do contrato o bem pertence à Companhia. Para as compras realizadas através da operação de leasing em 2025 foram aplicadas taxas pós fixadas, conforme seus respectivos contratos.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	30.036	40.972
Mais de um ano e menos de três anos	16.241	39.189
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(13.424)</u>	<u>(17.868)</u>
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	<u>32.853</u>	<u>62.293</u>

11.4 Emissão de debêntures – 1ª emissão

Em 19 de novembro de 2024, a AeC Centro de Contatos S/A divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de cem milhões de debêntures simples, tendo o Itaú BBA como Coordenador Líder da operação, compondo com o Bradesco BBI, sob o regime de garantia firme de colocação (clean), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com prazo final em 20 de novembro de 2029.

Os encargos e amortização associados à emissão de debêntures estão demonstrados na nota 11.1.

11.5 Covenants

a. Covenants relacionados a debêntures emitidos

As debêntures emitidas conforme citado no item 11.4 possuem cláusulas restritivas (“covenants”) que a obriga ao cumprimento do seguinte índice financeiro: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2. Entende-se por:

Dívida Bruta: Soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos: i) Títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis; ii) Fianças e Avais prestados em benefício de terceiros; iii) arrendamento mercantil/leasing financeiro; iv) títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; v) Passivos de correntes de instrumentos financeiros-derivativos; soma dos ativos relacionados a instrumentos financeiros-derivativos vi) Operações de Risco Sacado/Forfatinge; vii) Quando aplicável, dívidas relacionadas a aquisições de imóveis, terras, empresas.

Dívida Líquida: Dívida Bruta subtraída de caixa e aplicações Financeiras.

EBITDA: resultado líquido do período em análise, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, conforme cada item seja reportado nas Demonstrações Financeiras da Emissora, calculado de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Esse índice financeiro é acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures.

b. Covenants relacionados a empréstimos e financiamentos

A Companhia ofereceu parcialmente como garantia dos empréstimos e financiamentos o aval de acionistas, cartas fianças, aplicações financeiras e os próprios bens adquiridos nos contratos. O detalhamento das garantias por contrato encontra-se apresentado na nota 11.1.

Há contratos que possuem cláusula restritiva a qual estabelece que a Companhia deve manter o Endividamento Líquido Bancário menor ou igual a 2,0, além de cláusulas restritivas financeiras existem outras não financeiras.

A Companhia realiza o acompanhamento desses índices mensalmente.

12 Tributos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Serviços – ISS	6.171	5.769
Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – PIS e COFINS	8.783	7.854
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	12.161	10.530
Demais impostos	1.498	1.915
	<u>28.613</u>	<u>26.068</u>
Circulante	28.554	26.068
Não circulante	59	-
	<u>28.613</u>	<u>26.068</u>

13 Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	86.376	82.853
Provisão para férias	153.599	135.480
Contribuição previdenciária	24.725	16.617
FGTS	12.338	11.436
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	5.597	5.945
Pró-labore a pagar	4.556	7.391
Pensão alimentícia	64	73
Contribuição sindical	31	39
Consignado	4.942	2.043
Demais obrigações	140	9
	<u>292.368</u>	<u>261.886</u>

14 Demais contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para contas a pagar (i)	7.021	5.320
Aluguéis	9	4
Condomínios	81	236
Créditos diversos	363	-
Passivo contratual (ii)	2.876	392
Outras contas a pagar	884	1.231

	11.234	7.183
Circulante	10.811	6.443
Não circulante	423	740
	11.234	7.183

- (i) Os valores classificados em provisões para contas a pagar correspondem substancialmente às estimativas de despesas com Energia Elétrica, Telefonia, Internet e consultoria incorridas em dezembro de cada exercício, cujas medições ainda não haviam sido formalizadas pelos fornecedores.
- (ii) As receitas são reconhecidas pelo regime de competência quando da efetiva prestação de serviços baseando-se em medições efetuadas. São classificadas como passivo contratual, os faturamentos de serviços que serão prestados no futuro oriundos de acordo contratual entre a Companhia e o cliente, sem possibilidade de devolução ou abatimento por parte da Companhia.

15 Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, que estão sendo tratadas nas esferas administrativa e judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais, quando aplicável.

Os processos judiciais são, preponderantemente, de cunho trabalhista. Os demais se referem a processos tributários, cíveis e ações na esfera administrativa federal, na qual foram apresentadas manifestações de inconformidade a não homologação de compensações tributárias.

São efetuadas provisões para contingências quando a Administração, juntamente com seus assessores internos e externos, julga adequada e considera o risco de perda provável.

Composição e movimentação das provisões

Os saldos mantidos em 31 de dezembro estão demonstrados na tabela a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingências trabalhistas	3.035	4.909	5.284	5.766
Contingências tributárias	5.352	5.583	-	-
Contingências cíveis	-	-	758	758
	8.387	10.492	6.042	6.524
Circulante	-	10	-	-
Não circulante	8.387	10.482	6.042	6.524
	8.387	10.492	6.042	6.524

Os processos correspondentes às provisões são acompanhados pelo departamento jurídico da Companhia, responsável pela análise e interposição dos recursos aplicáveis em cada caso. A movimentação das provisões no exercício está apresentada a seguir:

	Depósitos recursais				Provisões			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Totais	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Totais
Em 1º de janeiro de 2024	-	5.583	7.988	13.571	-	1.373	4.875	6.248
Adição	-	-	343	343	758	-	8.918	9.676

Baixa	-	-	(3.839)	(3.839)	-	(1.373)	(8.027)	(9.400)
Atualização	-	-	417	417	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	-	5.583	4.909	10.492	758	-	5.766	6.524
Adição	-	-	1.134	1.134	-	-	14.866	14.866
Baixa	-	(231)	(3.371)	(3.602)	-	-	(15.348)	(15.348)
Atualização	-	-	363	363	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	5.352	3.035	8.387	758	-	5.284	6.042

16 Perdas possíveis não provisionadas

A Companhia tem contingente de naturezas tributária, administrativa, trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos	Natureza
Administrativos	Processos administrativos, nos quais a Companhia apresentou manifestação de inconformidade, foram classificados como possíveis, tendo em vista que as glosas realizadas pela RFB se basearam em cruzamento sistêmico, sem apreciação documental.
Trabalhistas	Reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de verbas rescisórias, adicional de insalubridade, horas extras, diferenças salariais, estabilidade provisória, danos morais e materiais). Tratam-se de processos que se encontram na esfera judicial, em fases processuais distintas, sem decisão de mérito definitiva.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte passiva em processos com prognóstico de perda possível, conforme abaixo:

- (i) Trabalhista: 918 processos no valor total de R\$ 9.915 (R\$1.145 em 31 de dezembro de 2024)
- (ii) Administrativos: 5 processos no valor total R\$ 3.335; e
- (iii) Cível: 3 processos no valor total R\$ 49 (R\$68 em 31 de dezembro de 2024).

17 Impostos diferidos

Os impostos diferidos na data de encerramento dos balanços referem-se a:

	31/12/2025					31/12/2024				
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	ISS	Total	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	ISS	Total
Arrendamentos (i)	(28.055)	(7.013)	(2.525)	-	(9.538)	(31.031)	(7.757)	(2.793)	-	(10.550)
Depreciação – revisão da vida útil (ii)	(25.331)	(6.333)	(2.280)	-	(8.613)	(24.731)	(6.182)	(2.226)	-	(8.408)
Provisão trabalhista	5.284	1.321	476	-	1.797	5.766	1.441	519	-	1.960
Provisão cível	758	189	68	-	257	758	189	68	-	257
Provisão fiscal	4.261	1.065	383	-	1.448	6.824	1.706	613	-	2.319
Provisão folha (iv)	12.787	3.197	1.151	-	4.348	15.362	3.841	1.383	-	5.224
Receita a realizar (iii)	197.121	-	-	(4.897)	(4.897)	168.947	-	-	(4.639)	(4.639)
Variação cambial	(1.344)	(336)	(121)	-	(457)	27.240	6.810	2.452	-	9.262
Derivativos	5.393	1.348	485	-	1.833	(24.422)	(6.105)	(2.198)	-	(8.303)
Receita diferida	2.538	719	259	-	978	392	98	35	-	133
Ajuste a Valor Presente	318	79	29	-	108	621	155	56	-	211
Outras Exclusões	(20.660)	(5.165)	(1.859)	-	(7.024)	(15.991)	(3.998)	(1.439)	-	(5.437)
	<u>153.070</u>	<u>(10.929)</u>	<u>(3.934)</u>	<u>(4.897)</u>	<u>(19.760)</u>	<u>129.735</u>	<u>(9.802)</u>	<u>(3.530)</u>	<u>(4.639)</u>	<u>(17.971)</u>
Impostos diferidos passivo circulante					(4.897)					(4.639)
Impostos diferidos passivo não circulante					(14.863)					(13.332)
Imposto diferido, líquido					<u>(19.760)</u>					<u>(17.971)</u>

- (i) Arrendamentos CPC 06 (R2): Referem-se à diferença temporária da exclusão da depreciação/amortização das parcelas de arrendamentos para compra de bens do imobilizado e direito de uso em contrapartida da adição da depreciação/amortização e dos encargos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.
- (ii) Depreciação (revisão da vida útil): Refere-se à diferença temporária decorrente do cálculo da depreciação contábil em relação à depreciação fiscal. Para fins fiscais, a despesa de depreciação é calculada com base nos critérios utilizados até 31 de dezembro de 2007 (Lei nº 12.973/14) e para fins societários conforme laudo técnico emitido por consultores internos da Companhia.
- (iii) Receita a realizar – estimativa complementar de provisão de receita – CPC 47: Diferença temporária relativa ao ISS a pagar sobre a receita a realizar a qual é reconhecida em função do serviço prestado, sendo este estabelecido conforme as medições realizadas e o respectivo aceite da contraparte do serviço prestado.
- (iv) Refere-se a provisão de ajuste salarial anual definido pelo sindicato

18 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A taxa de desconto utilizada é revisada sempre que necessário, e aplicada a contratos de arrendamentos novos ou modificados conforme previsto pela norma. A Companhia aplicou a taxa de desconto média de 12,69% em 2025 (10,34% em 2024).

A movimentação do saldo de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento	Despesas	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento	Despesas
Saldo Inicial	71.738	81.123	-	68.146	78.688	-
Adição de novos contratos/remensuração	38.842	38.842	-	32.604	32.604	-
Baixa	(5)	14	-	-	-	-
Pagamento principal	-	(29.871)	-	-	(30.169)	-
Pagamento juros	-	(8.969)	-	-	(6.599)	-
Depreciação	(31.063)	-	(31.063)	(29.012)	-	(29.012)
Juros	-	8.969	(8.969)	-	6.599	(6.599)
Total	79.512	90.108	(40.032)	71.738	81.123	(35.611)

A Companhia arrenda substancialmente edificações utilizadas para implantações dos sites operacionais. O prazo de arrendamento é de um a dez anos.

Determinados contratos de arrendamentos de edificações venceram no exercício social corrente. Os contratos vencidos foram substituídos por novos arrendamentos para ativos subjacentes idênticos.

A Companhia possui substancialmente seus compromissos de arrendamentos a serem liquidados em um período de até 10 anos, conforme detalhado abaixo:

Valores a pagar de arrendamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Em até 1 ano	35.407	32.254
De 2 a 3 anos	25.962	21.800
De 3 a 4 anos	23.968	15.943
De 4 a 5 anos	16.149	14.582
Mais de 5 anos	11.137	13.831
	<u>112.623</u>	<u>98.410</u>
(-) juros a apropriar curto prazo	(8.634)	(6.469)
(-) juros a apropriar longo prazo	(13.881)	(10.818)
	<u>90.108</u>	<u>81.123</u>
Arrendamento operacional de curto prazo	26.773	25.785
Arrendamento operacional de longo prazo	63.335	55.338
Total de arrendamento operacional	90.108	81.123

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$218.829 (R\$ R\$165.301 em 31 de dezembro de 2024), está representado por 218.829.000 ações ordinárias nominativas (165.300.900 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024) com valor nominal de R\$1,00 (R\$1,00 em 2024) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 30 de abril de 2025 foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 3.528, representado por 3.528.498 novas ações ordinárias, em decorrência da incorporação da Robbyson Systems Desenvolvimento de Sistemas S/A, que foi extinta e sucedida em todos os seus direitos e obrigações.

Em 23 de dezembro de 2025 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 50.000, como destinação de parte da reserva de lucros da companhia. Em decorrência do referido aumento de capital foi aprovada a emissão de novas 50.000.000 ações ordinárias, com valor nominal de R\$1,00 cada.

19.2 Reservas de lucro

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

b. Reserva de subvenções para investimento

Refere-se a realização das subvenções dos terrenos recebidos em doação das prefeituras dos Municípios de Montes Claros – MG, Governador Valadares – MG, Mossoró – RN, Juazeiro do Norte – RN e Arapiraca – AL. A amortização será praticada ao longo da vida útil do ativo à taxa de 4% ao ano.

c. Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é constituída com o valor resultante do benefício fiscal do lucro da exploração, representado pelo imposto que deixou de ser pago, e é registrada na conta específica de reserva de incentivos fiscais. Essa reserva será utilizada exclusivamente para absorção de prejuízos ou aumento de capital social, sendo vedada sua distribuição aos sócios ou acionistas.

19.3 Destinação da Reserva de lucros

A destinação dos lucros obedecerá à disposição a seguir: distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente.

20 Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	115.026	112.011
Lucro por ação básico e diluído		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (unid.)	168.765.234	115.301.000
Lucro por ação básico (R\$)	0,68	0,97

21 Dividendos a pagar

A destinação dos dividendos na apuração do resultado do exercício é constituída conforme preconiza a Lei das S.A., bem como em observância ao ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, deixando a parcela remanescente do Lucro Ajustado à disposição da AGO a ser realizada em prazo legal subsequente ao encerramento do exercício social, momento em que serão dadas as tratativas contábeis da Reserva de Lucros Retidos. Os dividendos propostos reconhecidos como obrigação pela Companhia têm sua data de vencimento entre 2026 e 2028 classificados no curto e longo prazo, respectivamente, de acordo com deliberação em AGE aprovada em 23 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o ajuste a valor presente dos dividendos a pagar classificados no passivo não circulante, em conformidade com as disposições do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. A taxa utilizada para fins de cálculo do referido ajuste foi a taxa Selic + spread vigente na data de reconhecimento da obrigação.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	115.026	112.011
Lucro da Exploração	(14.699)	-
Constituição da reserva legal (5%)	(5.016)	(5.601)
Constituição de reserva de subvenção para investimento	(486)	(486)
Base de cálculo dos dividendos	94.825	105.924
Dividendo proveniente do lucro líquido do exercício	(23.706)	(26.481)
Dividendos proveniente da reserva de Lucros	(4.629)	-
Obrigação reconhecida – ICPC 08	28.335	26.481
Reserva de Lucros à disposição da AGO	71.119	79.443
Dividendos distribuídos por força da Lei 6.404 e ICPC 08	(23.706)	(26.481)
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado distribuído	25%	25%

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo de dividendos a pagar:

Em 1º de janeiro de 2024	177.723
Dividendos mínimo obrigatório	26.481
Dividendos pagos	(45.000)
Em 31 de dezembro de 2024	159.204
Dividendos incorporação	192
Obrigação reconhecida – ICPC 08	28.335
AVP Dividendos propostos	(18.827)
Dividendos pagos	(51.000)
Em 31 de dezembro de 2025	117.904

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	57.916	26.481
Não circulante	59.988	132.723
	117.904	159.204

22 Subvenções e assistências governamentais

	Montes Claros	Governador Valadares	Mossoró	Juazeiro do Norte	Arapiraca	Total
Em 1º de janeiro de 2024	1.333	365	2.717	2.500	748	7.663
Amortização subvenção	(80)	(27)	(177)	(157)	(45)	(486)
Em 31 de dezembro de 2024	1.253	338	2.540	2.343	703	7.177
Amortização subvenção	(80)	(27)	(177)	(157)	(45)	(486)
Em 31 de dezembro de 2025	1.173	311	2.363	2.186	658	6.691

As subvenções e assistências governamentais recebidas tem como contrapartida a geração de empregos e a implantação de unidade de “*Call Center*” nos municípios e estão apresentadas a seguir:

Montes Claros

Doação pelo Município de Montes Claros – MG, conforme a Lei nº 4.356, de 01 de junho de 2011, de terreno de 8.000 m², no valor de R\$2.000, para construção de unidade operacional da Companhia, com a condição de que as edificações a serem feitas no local fossem iniciadas em seis meses e concluídas em até três anos, prazos contados da efetiva doação. A condição foi integralmente cumprida.

Governador Valadares

Doação pelo Município de Governador Valadares – MG, conforme a Lei nº 6.223, de 13 de setembro de 2011, de terreno de 800 m², no valor de R\$679, para construção de unidade operacional da Companhia, com a condição de que as edificações a serem feitas no local fossem iniciadas em 12 meses e concluídas em até cinco anos, prazos contados da efetiva doação. A condição foi integralmente cumprida.

Mossoró

Doação pelo Município de Mossoró – RN de terreno, no valor de R\$4.429, conforme escritura lavradano cartório de 1º Ofício de Notas – Registro de Imóveis 1ª Zona Mossoró (nº 34.087 livro 2 R-2-18412 matrícula 18.412), para construção de unidade operacional da Companhia.

Juazeiro do Norte

Doação pelo Município de Juazeiro do Norte – CE de terreno, no valor de R\$3.926, conforme escritura lavrada no cartório Machado 2º ofício (livro 289 e folhas 169/170), para construção de unidade operacional da Companhia.

Arapiraca

Doação pelo Município de Arapiraca – AL de terreno, no valor de R\$1.112, conforme escritura lavradano cartório 1º Ofício de Notas, Registro Imobiliário RTD e RPJ. (livro 209 e folha 28), para construção de unidade operacional da Companhia.

23 Receita operacional líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está demonstrada a seguir:

Receita bruta:		
Call Center	2.586.459	2.343.491
Licenciamento de Software	2.467	-
Apoio Administrativo	306	2.129
Intermediação	55.181	41.122
Receita a Realizar	28.174	40.558
Receita Diferida	(2.363)	(189)
Deduções da receita bruta:		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(80.120)	(72.912)
Imposto Sobre Serviço – ISS	(65.967)	(61.353)
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta - CPRB	(63.606)	(72.820)
Programa de Integração Social – PIS	(17.360)	(15.798)
Receita líquida	<u>2.443.171</u>	<u>2.204.228</u>

24 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, relacionados às operações continuadas, reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Custos e despesas gerais e administrativas por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados	(2.133.763)	(1.865.509)
Despesas gerais e administrativas	<u>(160.785)</u>	<u>(150.772)</u>
	<u>(2.294.548)</u>	<u>(2.016.281)</u>
Custo dos serviços prestados		
Salários e encargos (a)	(1.811.135)	(1.546.651)
Serviços contratados	(101.700)	(118.529)
Depreciações e amortizações	(137.178)	(118.835)
Aluguéis e condomínios	(3.512)	(3.301)
Outros custos (b)	<u>(80.238)</u>	<u>(78.193)</u>
	<u>(2.133.763)</u>	<u>(1.865.509)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Salários e encargos (a)	(100.798)	(87.547)
Serviços contratados	(30.171)	(38.114)
Depreciações e amortizações	(3.197)	(3.250)
Aluguéis e condomínios	(205)	(232)
Outras despesas (b)	(14.192)	(12.200)
Despesas tributárias (c)	<u>(12.222)</u>	<u>(9.429)</u>

<u>(160.785)</u>	<u>(150.772)</u>
<u>(2.294.548)</u>	<u>(2.016.281)</u>

(a) Os custos e despesas com salários e encargos estão detalhados conforme a seguir:

Custos com salários e encargos:	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	(1.370.324)	(1.216.939)
Benefícios	(170.574)	(164.447)
INSS (*)	(162.854)	(65.968)
FGTS	(98.107)	(89.235)
Acordos trabalhistas	(6.255)	(8.082)
Honorários da diretoria	(3.021)	(1.980)
	<u>(1.811.135)</u>	<u>(1.546.651)</u>
Despesas com salários e encargos:	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	(57.014)	(50.272)
Benefícios	(10.444)	(9.600)
INSS (*)	(8.177)	(3.294)
FGTS	(4.303)	(3.836)
Acordos trabalhistas	(713)	(336)
Honorários da diretoria	(20.147)	(20.209)
	<u>(100.798)</u>	<u>(87.547)</u>
	<u>(1.911.933)</u>	<u>(1.634.198)</u>

(*) Conforme disposto na Lei nº 14.973/2024, que estabelece a reversão gradual do benefício da desoneração da folha de pagamento no período de 2025 a 2027. Houve aumento de 5 p.p. da alíquota incidente sobre a folha de pagamento no ano de 2025, em contrapartida à redução de 0,6 p.p. na alíquota da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta.

(b) Os outros custos e despesas estão detalhados conforme abaixo:

Outros custos

	31/12/2025	31/12/2024
Energia Elétrica	(27.858)	(25.357)
Telefonia	(8.618)	(10.583)
Viagens	(7.335)	(6.100)
Peças e Acessórios	(3.243)	(4.558)
Higiene e Limpeza	(4.651)	(5.364)
Fretes e Carretos	(4.607)	(3.968)
Material de Consumo	(2.634)	(2.248)
Água	(4.403)	(4.514)
Condução Urbana /Táxi	(4.884)	(3.579)
Locações	(1.511)	(1.023)
Lanches e Refeições	(2.569)	(1.005)
Multas	(1.999)	(3.944)
Veículos	(1.085)	(977)
Seguros	(2.072)	(1.542)

Assinaturas e Mensalidades	(392)	(211)
Demais custos	<u>(2.377)</u>	<u>(3.220)</u>
	<u>(80.238)</u>	<u>(78.193)</u>

Outras despesas:	31/12/2025	31/12/2024
Energia Elétrica	(276)	(278)
Telefonia	(202)	(226)
Viagens	(3.150)	(2.988)
Peças e Acessórios	(61)	(111)
Higiene e Limpeza	(20)	(54)
Frete e Carretos	(207)	(271)
Material de Consumo	(3.030)	(2.227)
Água	(42)	(20)
Condução Urbana /Táxi	(462)	(396)
Locações	(30)	(39)
Lanches e Refeições	(1.753)	(1.643)
Multas	(28)	-
Veículos	(436)	(536)
Seguros	(142)	(131)
Assinaturas e Mensalidades	(306)	(261)
Demais custos	<u>(4.047)</u>	<u>(3.019)</u>
	<u>(14.192)</u>	<u>(12.200)</u>
	<u>(94.430)</u>	<u>(90.393)</u>

(c) As despesas tributárias são detalhadas conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	(901)	(709)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(2.355)	(1.749)
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta – CPRB	(264)	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	(1.702)	(440)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(436)	(206)
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	(4.040)	(3.627)
Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor – IPVA	(4)	(3)
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(1.373)	(1.513)
Imposto sobre Serviço – ISS	(319)	(305)
Programa de Integração Social – PIS	(452)	(351)
Taxas energia elétrica	(131)	(127)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	(64)
Demais taxas	<u>(245)</u>	<u>(335)</u>
	<u>(12.222)</u>	<u>(9.429)</u>

24.1 Despesas comerciais por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Eventos	(7.159)	(8.075)
Propaganda e publicidade	(186)	(150)
Revistas e publicações	(61)	(93)
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação duvidosa – PECLD (a)	<u>4.265</u>	<u>-</u>

	(3.141)	(8.318)
--	---------	---------

(a) Maiores detalhes na nota 27.1b.

24.2 Outras receitas e outras despesas

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas:		
Recuperação de INSS (a)	1.305	9.216
Rateio de despesas corporativas	242	380
Energia Elétrica	71	5
Bonificação sobre benefícios trabalhistas	2.655	2.771
Benefício fiscal – Incentivo à cultura e esporte	160	647
Alienação de ativo imobilizado	136	-
Recuperação de ICMS	1.119	-
Outras receitas	2.930	830
	8.618	13.849
Outras despesas:		
Valor contábil ativos alienados	(373)	(314)
Valor contábil bens e direitos baixados	(406)	(79)
Doações	(160)	(960)
Outras despesas	(394)	-
	(1.333)	(1.353)
	7.285	12.496

(a) Vide nota 6.a.

25 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	57	1
Juros recebidos	-	2
Rendimentos de aplicações financeiras	20.528	8.170
Variação cambial ativa	744	1.544
Variação monetária ativa	7.040	4.995
Variação cambial de empréstimos, líquida de derivativos (notas nº 11 e 11.2)	76.185	75.531
Provisão Variação Monetária Ativa (a)	2.244	6.775
	106.798	97.018

(a) Refere-se à atualização monetária dos valores mencionados na nota 6.a.

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(163)	(638)
Juros pagos	(2.090)	(1.549)
Juros sobre arrendamentos mercantis	(8.045)	(6.210)
Juros sobre arrendamentos mercantis (IFRS 16)	(8.969)	(6.598)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	(27.122)	(2.761)
Variação cambial de empréstimos, líquida de derivativos (notas nº 11 e 11.2)	(87.216)	(96.781)
Variação cambial passiva	(920)	(2.270)
Ajuste a valor presente	(2.320)	(2.207)

Outras	(298)	(83)
	(137.143)	(119.097)
	(30.345)	(22.079)

- (b) O aumento refere-se, principalmente, aos encargos incorridos sobre os contratos de empréstimo junto ao Banco do Nordeste e sobre as debêntures, ambos contratados em dezembro de 2024.

26 Imposto de renda e contribuição social

26.1 Imposto de renda e contribuição social no resultado

Para apuração do imposto de renda foi utilizada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% nos casos estabelecidos em legislação vigente. A alíquota para a contribuição social utilizada foi de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação vigente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	122.422	170.046
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal	(41.623)	(57.816)
Inovação tecnológica	1.641	2.321
Diferido- incorporação	(682)	-
Incentivos fiscais - Lucro Exploração (a)	36.391	-
Outras adições permanentes	(3.123)	(2.540)
	(7.396)	(58.035)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(5.069)	(48.437)
Diferidos	(2.327)	(9.598)
	(7.396)	(58.035)
Alíquota efetiva (b)	6%	34%

- (a) Valor referente ao benefício fiscal do lucro da exploração. Maiores detalhes na nota 2.4m.

- (b) Os 28 p.p da alíquota efetiva em comparação com a alíquota padrão do imposto de renda no Brasil se deve a utilização do incentivo fiscal mencionado no item a.

O saldo patrimonial de imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrado na nota explicativa nº 17.

26.2 Movimentação da provisão para imposto de renda e contribuição social

Em 1º de janeiro de 2024	17.194
Provisão	52.126
IR e CS Retidos na fonte	(1.472)
Crédito de inovação tecnológica	(2.321)
Pagamento	(65.506)
Incentivo fiscal (a)	(647)
Saldo negativo	751
Em 31 de dezembro de 2024	751

	<u>125</u>
Provisão	43.101
IR e CS Retidos na fonte	(3.282)
Crédito de inovação tecnológica	(1.641)
Pagamento	(15.620)
Compensação	(2.971)
Incentivo Fiscal – Doação (a)	(129)
Incentivo Fiscal – Lucro exploração	(36.391)
Transferências	<u>25.557</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>8.749</u>

- (a) Em 2025 a Companhia adotou a prática de efetuar doações para incentivo ao esporte. Tais doações geram incentivos fiscais que foram reconhecidos em consonância com a legislação do imposto de renda vigente, observadas as suas respectivas limitações.

27 Gestão de risco financeiro

27.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, sendo os procedimentos aprovados pelo Conselho de Administração. A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros e o Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco e para as áreas específicas, como riscos de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, contas a pagar aos fornecedores, passivo de arrendamento, instrumentos financeiros derivativos, dividendos a pagar e aplicações financeiras. O principal propósito desses instrumentos financeiros é o de captar recursos para as operações da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros resultam diretamente de suas operações.

a. Risco de mercado

Risco cambial

A Companhia utiliza empréstimos e financiamentos vinculados dólar. O risco cambial decorrente destes empréstimos e financiamentos são totalmente reduzidos por operações com instrumentos financeiros derivativos (“*Swap*”).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras que são indexadas ao CDI e ao IPCA, assim como as aplicações financeiras de liquidez

imediate. Esses instrumentos financeiros expõem a Companhia ao risco de variação da taxa de juros de fluxo de caixa.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia registra provisão para perda esperada de seu contas a receber, a partir da utilização de uma matriz de provisões. As taxas de perda são calculadas por meio de avaliação de rating de crédito dos clientes. Para maiores detalhes, consulte a política contábil na nota explicativa 2.4.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos de contrato para clientes individuais em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes circulante (b)		
Grupo 1 – Clientes categoria “A” – Rating AeC	448.609	463.517
Grupo 2 – Clientes categoria “B” – Rating AeC	41.845	31.565
Grupo 3 – Clientes categoria “C” – Rating AeC	-	1.484
Grupo 4 – Clientes em recuperação judicial	8.802	9.496
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.375)	(13.640)
	489.881	492.422
Contas a receber de clientes não circulante (b)		
Grupo 1 – Clientes categoria “A” – Rating AeC	4.647	6.611
	494.528	499.033
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (a)		
B	248.406	180.631
	248.406	180.631
Partes relacionadas		
Grupo 2	11	36
	11	36

(a) “Rating nacional” atribuído pela agência de classificação de risco Standard & Poor’s.

(b) Detalhamento dos grupos:

- **Grupo 1: Clientes categoria “A” – Rating AeC** – Classificação AAA junto as agências de rating; sem pendências significativas no Serasa; a Companhia dispõe de amplo acesso a informações, e; cliente possui ótimo histórico financeiro com a Companhia, e não possuem histórico de perda. Não se constitui provisão a título de PECLD.

- **Grupo 2: Clientes categoria “B” – Rating AeC** - Classificação <AAA> BBB- junto as agências de rating; a Companhia dispõe de pouco acesso a informações, e; cliente possui histórico de atrasos financeiros com a Companhia. Constitui-se 1,5% de provisão a título de

PECLD sobre a soma dos recebíveis dos clientes classificados nesta categoria, o percentual da provisão foi determinado de acordo com o histórico de perda do Grupo.

- **Grupo 3: Clientes categoria “C” – Rating AeC** - Classificação <BBB- ou sem rating junto as agências; a Companhia não dispõe de informações, e/ou possui mídia negativa e/ou atua em um mercado instável economicamente. Constitui-se 25% de provisão a título de PECLD sobre a soma dos recebíveis dos clientes classificados nesta categoria. O percentual da provisão foi determinado de acordo com o histórico de perda do Grupo.
- **Grupo 4: Clientes em recuperação judicial** - Classificação DEFAULT junto as agências de rating e em recuperação judicial. Constitui-se 100% de provisão a título de PECLD sobre a soma dos recebíveis dos clientes classificados nesta categoria.

A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato decorrentes de contratos com clientes reduziu em R\$ 4.265, em virtude da recuperação de títulos incobráveis, os quais estavam provisionados em 2024.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro e tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, além de manter um determinado volume de aplicações financeiras, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

Em 31 de dezembro de 2025	Menor 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais que 5 anos
Contas a pagar aos fornecedores ^a	44.112	6.730	-	-
Passivo de arrendamento	26.773	63.335	-	-
Empréstimos bancários com garantia	64.937	94.903	34.000	-
Empréstimos bancários sem garantia	64.934	-	-	-
Debêntures	21.699	80.000	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.754	314	-	-
Demais contas a pagar	461	423	-	-
	<u>227.670</u>	<u>245.705</u>	<u>34.000</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2024	Menor 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais que 5 anos
Contas a pagar aos fornecedores ^a	55.512	11.794	-	-
Passivo de arrendamento	25.785	55.338	-	-
Empréstimos bancários com garantia	91	25.887	25.887	12.943
Empréstimos bancários sem garantia	169.108	79.771	-	-
Debêntures	933	73.333	26.667	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.849	3.777	-	-
Demais contas a pagar	491	740	-	-
	<u>273.769</u>	<u>250.640</u>	<u>52.554</u>	<u>12.943</u>

- (a) O saldo do longo prazo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a taxa Selic + spread vigente.

27.2 Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade.

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida de acordo com a tabela a seguir:

	Classificação	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	242.187	180.667
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	494.528	499.033
Aplicações financeiras	Custo amortizado	6.258	-
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor justo	-	26.694
		<u>742.973</u>	<u>706.394</u>
Passivos financeiros			
Contas a pagar aos fornecedores	Custo amortizado	50.842	67.306
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	360.473	414.620
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor justo	5.068	1.068
Dividendos a pagar	Custo amortizado	117.904	159.204
		<u>534.287</u>	<u>642.198</u>

28 Análise de sensibilidade

O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações dos indexadores incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificados de depósito bancário.

A Empresa fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, dos indexadores CDI e IPCA para o ano de 2025.

Operação	Período até 31 de dezembro de 2025		
	Cenário Base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Exposição líquida	(30.977)	(38.721)	(46.466)
Taxa média efetiva do CDI anual – acumulada em 2025	14,32%	14,32%	14,32%
Taxa média anual estimada do CDI	12,13%	15,16%	18,20%
Efeito nas receitas financeiras sujeitas a variações do CDI			
Conforme cenários estimados	(4.436)	(5.545)	(6.654)
Ganho (Perda) líquido	678	(1.109)	(2.218)
Operação	Cenário Base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Exposição líquida	(86.198)	(107.748)	(129.297)

Taxa média efetiva do IPCA anual – acumulada em 2025	4,26%	4,26%	4,26%
Taxa média anual estimada do IPCA	3,91%	4,89%	5,87%
Efeito nas receitas financeiras sujeitas a variações do IPCA			
Conforme cenários estimados	(3.672)	(4.590)	(5.508)
Ganho (Perda) líquido	302	(918)	(1.836)
Período até 31 de dezembro de 2024			
Operação	Cenário Base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Exposição líquida	(178.649)	(223.311)	(267.974)
Taxa média efetiva do CDI anual – acumulada em 2024	10,88%	10,88%	10,88%
Taxa média anual estimada do CDI	14,75%	18,44%	22,13%
Efeito nas receitas financeiras sujeitas a variações do CDI			
Conforme cenários estimados	(19.437)	(24.296)	(29.156)
Ganho (Perda) líquido	(6.914)	(4.859)	(9.719)
Operação	Cenário Base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Exposição líquida	(64.808)	(81.010)	(97.212)
Taxa média efetiva do IPCA anual – acumulada em 2024	4,83%	4,83%	4,83%
Taxa média anual estimada do IPCA	4,50%	5,63%	6,75%
Efeito nas receitas financeiras sujeitas a variações do IPCA			
Conforme cenários estimados	(3.130)	(3.913)	(4.695)
Ganho (Perda) líquido	214	(783)	(1.565)

Cenário Base: elaborado com base nas informações reais disponíveis próximo ao exercício findo, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada próxima da data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Cenário I e II: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em 25% e 50%, respectivamente.

Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do dólar, pois a administração da Companhia contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para não sofrer impactos da variação cambial.

29 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia estão relacionadas a seguir:

Pagamentos efetuados	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis de imóveis:		
Luz e Cia	9.035	9.468
Azevedo e Cia	9.035	9.468
	<u>18.070</u>	<u>18.936</u>

	31/12/2025	31/12/2024
Contas de resultado		
Custo dos serviços prestados:		
Robbyson Systems	(3.441)	(37.055)
AeC.Com Tecnologias Ltda. (*)	<u>(78)</u>	<u>(72)</u>
	<u>(3.519)</u>	<u>(37.127)</u>
Rateio de despesas:		
AeC.Com	139	132
AeC Outsourcing	58	140
Robbyson Systems	<u>44</u>	<u>108</u>
	<u>241</u>	<u>380</u>
Total registrado em contas de resultado	<u><u>(3.278)</u></u>	<u><u>(36.747)</u></u>
Ativo circulante		
Demais ativos:		
AeC.Com	11	12
AeC Outsourcing	-	13
Robbyson Systems	<u>-</u>	<u>9</u>
Subtotal – Demais ativos	<u>11</u>	<u>34</u>
Total registrado em contas do ativo	<u>11</u>	<u>34</u>
Passivo circulante		
Fornecedores – AeC.Com	5	-
Fornecedores – Robbyson Systems	-	1.062
Acionistas – Dividendos a pagar	<u>57.916</u>	<u>26.481</u>
Total – Passivo circulante	<u>57.921</u>	<u>27.543</u>
Passivo não circulante – acionistas		
Acionistas - Dividendos a pagar	<u>59.988</u>	<u>132.723</u>
Total – Passivo não circulante	<u>59.988</u>	<u>132.723</u>
Total registrado em contas do passivo	<u><u>117.909</u></u>	<u><u>160.266</u></u>

(*) A Companhia subcontrata serviços da AeC.Com Tecnologias, substancialmente relacionados a licenças de sistemas comercializados. As contratações foram feitas em condições acordadas entre as partes.

29.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e acionistas, a remuneração do pessoal-chave foi de R\$23.168 em 2025 (R\$22.189 em 2024).

30 Fianças

A tabela a seguir demonstra os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 das despesas com fianças referentes aos contratos de prestação de serviços e empréstimos da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Carta-fiança contratos de prestação de serviços	(679)	(280)
Carta-fiança contrato de empréstimo (a)	<u>(1.688)</u>	<u>(633)</u>

(2.367) (913)

- (a) A Companhia possui carta fiança como garantia do empréstimo junto ao Banco do Nordeste, contratado em 2024 e 2025 (cujos detalhes estão descritos na nota nº 11.1).
- (b) O referido contrato prevê cláusula que exige a apresentação de carta fiança para garantia de 100% do saldo devedor do financiamento concedido, abrangendo, inclusive, todos os encargos contratuais associados

31 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Aumento de capital com reserva de lucros - nota nº 19.1	50.000	50.000
Incorporação da Robbyson Systems – nota nº 19.1	3.528	-
Reconhecimento de direito de uso (Novos contratos - nota nº 18)	38.842	32.604

Também ocorreram atividades operacionais que não envolveram caixa, decorrentes da incorporação da Robbyson Systems mencionada na nota 1.2a, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	1.591	-
Tributos a recuperar	252	-
Demais ativos e despesas antecipadas	182	-
Tributos a recolher e obrigações trabalhistas	123	-
Outras provisões	14	-
Demais contas a pagar	1.817	-